

A ESCOLHA DE UM INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO COMO ESTABELECIMENTO DE ENSINO MÉDIO DE SUJEITOS DE DIFERENTES ORIGENS

Bruna Tatianne Moura de Queirós

Doutoranda em Educação, UFMG; Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e
Inclusão Social. E-mail: brunatatianne@yahoo.com.br

Tânia de Freitas Resende

Doutora em Educação, UFMG; Professora da UFMG; Programa de Pós-Graduação em Educação:
Conhecimento e Inclusão Social. E-mail: taniaresende@fae.ufmg.br

Resumo: O presente artigo versa sobre uma pesquisa em andamento que procura desvelar os motivos da escolha de uma instituição de educação profissional para a escolarização de nível médio de sujeitos de diferentes origens sociais e culturais. Sua relevância reside no fato de que a escolha do estabelecimento de ensino é um recurso que está no cerne das estratégias familiares de investimento na escolaridade da prole, contudo, nem todas as famílias têm possibilidades ou propensão de fazê-la. Portanto, estudar como a escolha da escola se processa, sob quais objetivos e qual o perfil dos sujeitos que escolhem, pode configurar um campo empírico muito propício para discutir as desigualdades na sociologia da educação. Para tanto, nesse artigo faremos uma breve sistematização de estudos estrangeiros e brasileiros sobre a escolha da escola, enfatizando os fatores que a influencia; bem como realizaremos alguns apontamentos sobre o perfil dos sujeitos (alunos e suas famílias) do IFNMG – Campus Avançado Janaúba, “lócus” desse estudo.

Palavras-chave: Desigualdades. Educação profissional. Escolha da escola.

1 Introdução

É consensual entre os autores da sociologia da educação que a família desempenha um papel muito importante nas trajetórias escolares. Contudo, a relação estabelecida entre ela e a escola é complexa.

De um modo geral, para as classes médias, a escola ocupa “um lugar central em seus projetos de futuro”, que são construídos a longo prazo (NOGUEIRA, 1995, pág. 11-12). Há aqui uma “elevada ambição escolar”, em função da qual são mobilizados consideráveis recursos financeiros, de tempo e de energia, pois, a ascensão social dos membros dessa classe depende da escola, motivo pelo qual tudo esperam e tudo recebem dessa instituição (BOURDIEU, 2015, p. 61). Nesse sentido, aderem intensamente às normas e exigências escolares e empreendem esforços dentro e fora dela para rentabilizar o percurso escolar dos filhos. Possuem todo um capital de informações sobre o sistema de ensino - seu

funcionamento, hierarquias, valores (NOGUEIRA, 1991), do qual lançam mão para desenvolver estratégias que potencializem o sucesso escolar da prole, tais como a escolha criteriosa do estabelecimento de ensino (*idem*, 1995).

Em relação às camadas populares, essa categoria social “experimenta uma verdadeira ambiguidade face à instituição escolar” (NOGUEIRA, 1991, p. 90) caracterizada, por um lado, pela distância com relação à escola, ou seja, pela dissonância entre a lógica de socialização familiar e escolar; mas por outro lado, pela crença na superação das condições precárias de vida, seja por meio da inserção profissional qualificada e bem remunerada, seja por meio da “aspiração a um lugar simbólico (ser alguém na vida) que afaste a ameaça da desqualificação social” (*ibidem*, p. 91). Nesse sentido, a escola é vista como meio de instrução e socialização. Contudo, a falta de conhecimento do sistema escolar dificulta a participação dessas famílias no processo de escolarização dos filhos, nos moldes que requer a escola.

É importante analisar, no entanto, que, apesar das condutas típicas das camadas populares e médias, em relação à escola – como descrito acima - há variações entre e intra classes sociais. Assim, podemos afirmar que a preocupação com o processo de escolarização dos filhos está presente em todas as classes sociais, apesar de se manifestar de diferentes formas - acompanhamento das atividades escolares, inclusão dos filhos em atividades extracurriculares, suporte moral e afetivo, escolha da escola, etc.

Enfatizaremos nesse estudo a escolha da escola, por ser uma das estratégias mais utilizadas pelas famílias para rentabilizar o processo de escolarização da prole (WALDHELM, FELIPE, 2008), (CARVALHO, 2004), (NOGUEIRA, 1995). Nesse sentido, com o objetivo de desvelar os motivos da escolha de uma instituição de educação profissional para a escolarização de nível médio de sujeitos de diferentes origens sociais e culturais, é que nos propomos a desenvolver essa pesquisa.

Parte-se do pressuposto de que, apesar de surgir direcionada para a educação da classe trabalhadora, a educação profissional tem sido demandada também pela classe média, o que indica, portanto, a presença de um público de perfil socioeconômico e cultural heterogêneo no seu interior, com motivações e expectativas diferentes. Portanto, identificar os motivos que orientam a escolha da escola; o perfil dos sujeitos; o que representa esse ensino na vida deles; como vivenciam o processo de escolarização, é de suma importância para os estudos sobre desigualdades educacionais.

2 Análises sociológicas dos processos de escolha dos estabelecimentos de ensino

A escolha do estabelecimento de ensino é um recurso que está no cerne das estratégias familiares de investimento na escolaridade da prole. Contudo, até o ano de 2005, estudos nessa área ainda eram “um assunto em voga no exterior e carente de pesquisas no Brasil” (OLIVEIRA, 2005, p. 18-19). Alves (2010) corrobora o pensamento da autora, apontando que, em 2010, ainda existiam poucos trabalhos no país enfocando essa temática. Cenário que vem se transformando, considerando que os estudos sobre o tema têm se expandido, como veremos adiante.

Com relação aos estudos estrangeiros, Nogueira (1998) realizou uma sistematização das principais produções do cenário europeu, mais especificamente de teóricos ingleses e franceses.

Em se tratando dos estudos ingleses, Nogueira (1998) aponta as pesquisas de Ball, Gewirtz e Bowe (1994,1995), realizadas à luz da teoria de Bourdieu e que assinalam o papel central dos diferentes tipos de capital (econômico, social e cultural) na escolha do estabelecimento de ensino pelas famílias. Na perspectiva bourdieusiana, o capital econômico é considerado “em termos dos bens e serviços a que ele dá acesso”, enquanto o capital social pode ser “definido como o conjunto de relacionamentos sociais influentes mantidos pela família” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p. 7), conjunto esse do qual é possível tirar vantagens materiais. Em se tratando do capital cultural – para Bourdieu, o que exerce maior influência sobre o desempenho escolar –, consiste no “poder advindo da produção, da posse, da apreciação ou do consumo de bens culturais socialmente dominantes” (NOGUEIRA, NOGUEIRA 2017, p. 35), tais quais: acesso a bens culturais materiais como pinturas, monumentos, obras de arte, etc.; alcance/aquisição do certificado escolar/diploma; assimilação do conhecimento, de uma “cultura geral”, o domínio da língua culta, gostos e “bom-gosto”, de informações sobre o mundo escolar. A posse de informações sobre o mundo escolar compõem o “capital informacional” (ALVES *et al.*, 2013), importante mecanismo que possibilita conhecer a organização formal do sistema de ensino, compreender suas hierarquias em termos de qualidade, prestígios e retorno financeiro (NOGUEIRA, NOGUEIRA, 2017), fazendo, em relação a ele, escolhas e investimentos mais rentáveis ao longo da trajetória escolar.

Em suas pesquisas, Ball, Gewirtz e Bowe apud Nogueira (1998), diferenciam três tipos de grupos de pais:

1) Os *'privileged/skilled choosers'*: grupo formado por pais liberais profissionais e de classe média, os quais dispõem de um conjunto de capitais que favorece a distinção dos diferentes tipos de estabelecimentos escolares. Para esse grupo de pais, a escolha do estabelecimento de ensino se constitui como um ato central e é realizada considerando o ajustamento da escola às características do filho, seja pelos valores, interesses, orientação acadêmica, entre outros. Para, além disso, esse grupo avalia o clima escolar, baseado na atitude e comportamento/discursos de alunos, professores e dirigentes; o desempenho da instituição, focando na instrumentalização do processo; e a composição da clientela da escola (quem serão os colegas dos filhos);

2) Os *'semi-skilled choosers'*: grupo misto, formado por pais comerciantes, motoristas, donas de casa, etc. Apresentam forte inclinação para a escolha, mas, por não disporem de conhecimento suficiente sobre os estabelecimentos de ensino, bem como de recursos culturais e relações sociais que os habilitem à escolha eficaz, têm pouca capacidade de diferenciá-los. Assim, sentem-se incapazes de realizar escolhas por si mesmos, sentem-se inseguros, o que os leva a “basear com frequência, suas decisões em opiniões alheias, colhidas junto a pessoas que julgam ser mais competentes na matéria” (BALL, GEWIRTZ E BOWE, 1995 *apud* NOGUEIRA, 1998, p. 45). Nesse sentido, atribuem grande valor à reputação dos estabelecimentos de ensino. Consideram também a clientela escolar e valorizam a diversidade cultural. E suas escolhas encerram-se nas qualidades negativas ou positivas da escola.

3) Os *'disconnected choosers'*: compostos por pais da classe operária, com baixo nível de instrução, e “pouco inclinados a escolher” porque têm pouco conhecimento sobre o funcionamento do sistema de ensino. Além disso, a escolha é baseada em critérios objetivos, associados às condições materiais de vida: “distância da residência, facilidades de locomoção e transporte, segurança, entre outros” (BALL, GEWIRTZ E BOWE, 1995 *apud* NOGUEIRA, 1998, p. 46), elementos centrais no processo de escolha. “As fontes de informação de que se servem são limitadas, e, geralmente, informais, baseadas, sobretudo na rede de relacionamentos locais da família (vizinhança, parentes, amigos)” (*ibidem*, p. 46). E a escolha é quase ‘pré-determinada’ pela crença de que “todas as escolas são iguais” (*ibidem*, p. 46).

Em se tratando dos estudos franceses, Nogueira (1998) descreve as pesquisas de Héran (1996), Langouet e Leger (1991) e Ballion (1982).

Héran (1996 *apud* NOGUEIRA, 1998) também diferencia os grupos de pais a partir de suas escolhas. Nesse sentido, considera que o grupo de pais que fez “opção” pela escola privada e que recusou o estabelecimento público designado pela lei de setorização francesa¹ empreendeu uma “escolha ativa”; e que aquele grupo que aceitou a designação administrativa fez uma “escolha passiva”. A pesquisa revelou que o tipo de escolha varia de um grupo social a outro e que “a procura ativa pelo ‘melhor estabelecimento’ é própria dos favorecidos, cultural ou economicamente, ainda que com diferenças internas, segundo as categorias profissionais” (*ibidem*, p. 48). O estudo revelou ainda a importância do nível de conhecimento dos pais sobre o funcionamento do sistema de ensino, para a realização de uma “escolha ativa”, apontando que, diferente dos pais mais favorecidos culturalmente, que buscam informações sobre o *ranking* dos estabelecimentos de ensino para subsidiar sua escolha, as camadas populares valorizam o “boca a boca”.

Héran (1996 *apud* NOGUEIRA, 1998) considera ainda a necessidade de analisar os valores dos pais e sua influência quanto ao processo de escolha, o que não pode ser simplesmente deduzido de sua condição de classe.

Langouet e Leger (1991 *apud* NOGUEIRA, 1998) situam a escolha do estabelecimento de ensino como uma estratégia² utilizada pelos pais na busca da “melhor escola” para os filhos. Nesse sentido, frente às “predisposições adquiridas no meio social de origem” (*ibidem*, p. 49), os pais buscam uma resposta provável ao que desejam. Trata-se de um “senso do jogo”, o que está fortemente associado à posição social do sujeito. Os autores apontam, assim, três tipos de estratégias:

- a) Estratégias “de evitamento”: consiste em evitar certos estabelecimentos de ensino, seja pela sua localização - em bairros populares -, seja pelas características socioeconômicas da população;
- b) Estratégias “preventivas”: Trata-se de uma “conduta de antecipação que visa prevenir problemas esperados” (*ibidem*, p. 50). Ex.: fracasso escolar, em função de baixos rendimentos escolares;
- c) Estratégias “de distinção”: opção por estabelecimentos mais seletivos e prestigiosos. Conduta típica das elites.

¹Lei francesa de 1963, que determina que a criança deva ser escolarizada no setor geográfico de seu domicílio, apesar da possibilidade de contestação jurídica (NOGUEIRA, 1998).

² O termo “estratégia” foi utilizado pelos autores no sentido bourdieusiano da palavra, e não como um cálculo racional de custo-benefício.

É interessante analisar que, apesar de considerarem a relevância da renda familiar na escolha da escola, Langouet e Leger (1991 *apud* NOGUEIRA, 1998) corroboram o pensamento de Héran (1996 *apud* NOGUEIRA, 1998) de que o conhecimento sobre o sistema de ensino desempenha um papel importante na escolha, levantando assim a hipótese de que os professores são os melhores pais “estrategistas”, por serem eles quem melhor conhece o sistema de ensino.

Ballion (1982, 1991 *apud* NOGUEIRA, 1998) aponta as mudanças da atitude das famílias quanto à escolha: de “usuários cativos” a “consumidores de escola”, na medida em que procuram o serviço educativo mais adequado às suas demandas, segundo as possibilidades ofertadas no mercado escolar. Nesse sentido, as condutas são caracterizadas como “avaliatórias” ou “funcionais”:

- a) Condutas avaliatórias: orientadas pelas características educativas da escola (disciplina, clientela, qualidade do ensino, resultados escolares, etc.) e condicionadas pelas características da prole, ou seja, pelas possibilidades de êxito escolar. Tal tipo de conduta é típica das classes sociais mais favorecidas e tende a ser mais frequente na medida em que se eleva o nível escolar do aluno.
- b) Condutas funcionais: consideram os critérios de conveniência prática da escolha (proximidade da escola, preço, amigos ou familiares estudando no colégio). Tal conduta é típica das camadas populares e tende a diminuir na medida em que se avança no percurso escolar.

De um modo geral, todos os estudos convergem no que tange à importância do capital cultural, e mais especificamente, do capital de informações ou “capital informacional” no processo de escolha do estabelecimento de ensino. E ainda, que são justamente os pais das classes médias e superiores que mais volume possuem desse tipo de capital, o que lhes permite rentabilizar os investimentos educacionais (NOGUEIRA, 1998). Assim, esses estudos associam o ato da escolha ao nível sociocultural das famílias.

Contudo, há atualmente pesquisas que demonstram que entre os setores menos favorecidos da população também ocorrem processos ativos de escolha do estabelecimento de ensino pelas famílias.

Ao investigar os aspectos considerados pelas famílias de setores populares, na escolha do estabelecimento escolar dos filhos, Souza (2012) chegou à conclusão que a expectativas de futuro das famílias exerce forte influência sobre o processo de escolha da escola. Nesse

sentido, a autora afirma que as camadas populares também buscam um ensino de qualidade e aspiram a um futuro melhor para seus filhos. Contudo essa “qualidade” desejada baseia-se mais em critérios morais – poupar os filhos de um convívio social indesejado, de influências negativas, ensinar-lhes valores como o respeito às regras e ao próximo – do que em critérios pedagógicos.

Considerando, portanto, que as escolhas não obedecem a uma racionalidade única, pois são várias as lógicas de ação das famílias (BRUEL, 2015), é preciso levar em conta o contexto em que elas se processam e, portanto, os fatores que possam influenciá-las. Cintra (2014) aponta que é preciso analisar os sentidos que os sujeitos atribuem ao processo de escolarização, a partir das experiências vivenciadas e das influências advindas das relações sociais – familiares, amigos, professores. Oliveira (2015) corrobora o pensamento da autora quando afirma que, no processo de escolha, as famílias são orientadas por “aspirações, valores, expectativas e percepções a respeito da escolarização dos filhos” (p. 19).

Para o desenvolvimento deste projeto, assumimos essa compreensão de que o processo de escolha é multifacetado. Se não é uma decorrência direta da classe social, não se trata também de um ato meramente racional, expresso pela liberdade do sujeito, pela sua vontade individual e realizado a “bel prazer” das famílias; a escolha se processa dentro do “horizonte de possíveis” (CARVALHO, 2004). Tal ação depende de um conjunto de fatores objetivos e subjetivos, de acordo com Resende, Nogueira, Nogueira (2011):

- a) Possibilidades de escolha, ou seja, seus custos diretos e indiretos: custos com o transporte escolar, por exemplo, em virtude da distância entre a escola e a residência do aluno. Ou ainda, disponibilidade de tempo a ser investido, seja pesquisando ou visitando escolas.
- b) O peso da escolarização para a ascensão social: garantia da posição social ou profissional da prole, ou seja, a importância atribuída ao processo de escolha;
- c) Critérios (objetivos ou internos ao processo educativo): de ordem prática (proximidade da escola); ou educativa (projeto pedagógico da escola, desempenho escolar);
- d) Volume e qualidade da informação: conhecimento do sistema educacional.

3 O campo empírico do estudo: o IFNMG – *Campus* Avançado Janaúba

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia ou comumente denominados de Institutos Federais³, são

[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008, art. 2º).

Trata-se de instituições de ensino que são responsáveis, sobretudo pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados (BRASIL, 2008), que têm por objetivo conduzir os estudantes à conclusão do ensino médio e obtenção de habilitação profissional técnica ao mesmo tempo e na mesma instituição de ensino (BRASIL, 1996, art. 36C, I).

Têm suas primeiras origens nas escolas de aprendizes artífices, de ensino primário gratuito, instauradas em 1909, pelo então Presidente da República, Nilo Peçanha. Direcionadas às “classes proletárias”, o objetivo dessas escolas era o seguinte:

[...] habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como faze-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime (BRASIL, 1909, p. 1, *sic*).

Nesse sentido, aos “desfavorecidos da fortuna” era ofertado um ensino prático de ofício, através de oficinas de trabalho.

A partir da década de 1940, com a Reforma Capanema⁴, tais escolas se transformaram em escolas técnicas industriais e agrotécnicas, e a oferta dos cursos técnicos passa a ser vinculada ao grau médio – apesar da manutenção de outros cursos de formação prática associados à educação primária.

Em 1978, três Escolas Técnicas Federais (de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro) são transformadas em instituições predominantemente de ensino superior, passando a ser denominadas de Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET’s). Nesse sentido, além dos cursos técnicos até então já existentes, passam a ofertar prioritariamente o ensino superior.

³ Adotaremos o termo “Institutos Federais” para fazer referência aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, de modo a simplificar o termo.

⁴ Em referência ao nome do então Ministro da Educação – Gustavo Capanema – a Reforma Capanema teve por objetivo regulamentar o ensino primário, os vários ramos da educação profissional (comércio, indústria, agricultura) e o ensino normal, por meio da promulgação de uma série de Decretos ou Leis Orgânicas.

A partir dos anos 1990 há uma expansão do número de CEFET's, fenômeno denominado por Campello (2007) de “cefetização das escolas técnicas”, que culminou na transformação de todas as escolas técnicas e algumas agrotécnicas federais em CEFET, s⁵.

No ano de 2008, as escolas agrotécnicas e CEFET's que aderiram à possibilidade aberta pela Lei n.º. 11.892/2008 se transformaram em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia⁶. Esse foi o caso da Escola Agrotécnica de Salinas e do CEFET de Januária, que passaram a ser denominadas de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG).

Atualmente, além dos *campi* Januária e Salinas, o IFNMG conta com mais nove *campi*, dentre eles o *Campus* Avançado Janaúba, *locus* deste estudo.

Contudo, para além das sucessivas mudanças da regulamentação relativa às escolas de aprendizes artífices e de sua organização, que culminaram no surgimento dos Institutos Federais, o público demandatário também sofreu alterações. Os sujeitos que atualmente demandam os cursos dos Institutos Federais nem sempre são oriundos da “classe proletária”.

Ao realizar uma análise do perfil dos alunos do IFNMG *Campus* Januária, Mendes (2015), aponta que este público tem se diversificado. Quando da implantação desse *campus* no ano de 1960 - denominado à época de Escola Agrotécnica de Januária - a autora afirma que o corpo discente era constituído de agricultores e o ensino era voltado para a prática profissional, para o cultivo de lavouras⁷. Contudo, considerando a mudança de perfil da própria instituição que, “a princípio formava um aluno dentro de uma concepção totalmente voltada para a mão-de-obra [...] e aos poucos incorpora saberes e agrega valores na formação do discente” (MENDES, 2015, p. 126), o Instituto Federal de Educação torna-se atrativo para diferentes sujeitos, pela qualidade do ensino ofertado. E, esse processo de mudança de perfil

⁵A expansão foi assinalada pela promulgação da Lei n.º. 8.948 de 1994, regulamentada pelo Decreto n.º. 2.406 de 1997, mas ocorreu de forma gradativa - no período de 1997 a 2002 – com o objetivo de criar um sistema paralelo e complementar ao sistema de ensino, sobretudo a partir da implantação de cursos de curta duração, de forma a atender as demandas do mercado. Diferente da proposta de criação dos primeiros CEFET's em 1978 que foram concebidos como instituições de ensino superior de graduação plena e implantaram cursos de engenharias (CAMPELLO, 2007).

⁶ Transformação ocorrida com a finalidade de criar uma identidade institucional, ou seja, uma instituição habilitada à oferta de diferentes níveis e modalidades de ensino. Pois, com a transformação das escolas técnicas e agrotécnicas em CEFET's, e, portanto, instituições predominantemente de educação superior, o ensino médio ficou relegado a segundo plano, e o ensino superior, passa a oscilar “entre propostas com viés mais acadêmico, em especial nas engenharias, e cursos superiores de tecnologia cada vez mais fragmentados” (SILVA, 2009).

⁷ Quando da implantação da Escola Agrotécnica de Januária, o curso ofertado era o “Ginásio Agrícola”, destinado à formação de “mestres agrícolas”. Nesse sentido, os alunos nem sequer eram certificados. Somente a partir do ano de 1968 é que se inicia a primeira turma de técnico agrícola – agricultura, curso vinculado ao ensino de segundo grau e com possibilidade de certificação (MENDES, 2015).

do ingresso no IFNMG se intensifica⁸, se forem consideradas as expectativas dos pais em relação ao futuro escolar dos filhos, e, portanto, a busca por um curso preparatório voltado para a “aprovação imediata nos processos seletivos para o curso superior” (MENDES, 2015, p. 116) - apesar de este não se configurar como objetivo precípua do IFNMG.

Nesse sentido, o que se constata é a “criação de uma instituição de excelência e que é referência para a sua região” (MENDES, 2015, p. 126).

De fato, os Institutos Federais de Educação têm sido socialmente reconhecidos como “ilhas de excelência” na educação básica, de acordo com reportagem⁹ do Jornal “*El País*”, veiculada em 12 de dezembro de 2016. Destaque se dá para o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)¹⁰, em que, no ano de 2015, os alunos dos Institutos Federais obtiveram notas equivalentes às de estudantes de países desenvolvidos como Coreia do Sul, Canadá e Hong Kong. Outro ponto que merece destaque é que, no ano de 2016, os Institutos Federais lideraram a nota do ENEM, em 14 Estados¹¹.

Os resultados também são visíveis quando da aprovação dos egressos dos Institutos Federais em cursos superiores altamente seletivos das universidades públicas, como é o caso da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (NOGUEIRA *et. al*, 2017).

Contudo, para além da qualidade do ensino e de seu potencial para maximizar as oportunidades para o ingresso no ensino superior, cursar o ensino médio em um Instituto Federal representa a possibilidade de concorrer pelas cotas a uma vaga em uma universidade pública, pois, a exigência para acessar esse direito é ter cursado o ensino médio em escola pública. Além disso, significa concorrer com alunos de outras escolas públicas que apresentam desempenhos inferiores.

Nonato (2018) aponta que o curto período exigido na educação básica (o ensino médio) para ter direito ao benefício das cotas homogênea todas as escolas públicas. E, que, no entanto, essas não estão em pé de igualdade, uma vez que as escolas federais recebem maiores investimentos governamentais, em comparação com as municipais e estaduais; sendo

⁸Para Mendes (2015) a mudança de perfil dos alunos do Instituto Federal antecede a implantação da política de cotas para o acesso ao ensino superior. No entanto, parto da hipótese de que tal política intensifica ainda mais a demanda pelo ensino médio integrado do IFNMG, usado como “*trampolim*” para acesso ao ensino superior.

⁹ Reportagem disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/09/economia/1481304596_960196.html> Acesso em: 12 de junho de 2017.

¹⁰ O PISA é Programa Internacional de Avaliação de Estudantes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que avalia e compara o desempenho de jovens de 15 anos de diversos países, em se tratando do ensino de Ciências, Leitura e matemática. Informações disponíveis em: <<https://theintercept.com/2016/12/08/estudantes-federais-tem-desempenho-coreano-em-ciencias-mas-mec-ignora/>> Acesso em 16 de abril de 2018.

¹¹ Reportagem disponível em<<http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/institutos-federais-lideram-nota-do-enem-em-14-estados-83ypmfzthn6gx8v8npmb7fa7l>> Acesso em 20 de maio de 2018.

assim, seus alunos tendem a receber uma formação escolar mais sólida. Prova disso é a alta representatividade dos egressos dessas escolas, como cotistas, nos cursos mais seletivos da UFMG, como apontado por Nonato (2018) e Nogueira *et al.* (2017).

Para ingressarem na maioria dos Institutos Federais de Educação¹², os candidatos passam por um exame de seleção (prova objetiva), que exige uma base de conhecimentos. No caso do IFNMG, o ingresso no ensino médio integrado ao técnico depende da aprovação em uma prova objetiva, que contém questões de português, matemática, ciências humanas e ciências naturais, totalizando 30 pontos.

Nesse sentido, sobressaem os alunos com melhores desempenhos, o que “reforça a seleção social e a hierarquia escolar”, como afirmam Bourdieu e Passeron (2008). Esse tipo de seleção privilegia os mais favorecidos socialmente (MENDES, 2015) e aqueles com boa formação no ensino fundamental (OLIVEIRA, N., 2010)¹³.

Contudo, não podemos afirmar que nesta instituição não ingressem alunos menos favorecidos. A política de cotas implantada no ano de 2012 teve o objetivo de facilitar o acesso, aos Institutos Federais, de um “um público que foi, inicialmente, o alvo e que, posteriormente, perdeu terreno para a classe média que passou a acessar o IFNMG” (MENDES, 2015, p. 120).

No *Campus* Janaúba são 35 (trinta e cinco) vagas ofertadas a cada ano para o curso Técnico de Informática para a Internet, integrado ao ensino médio, foco deste estudo¹⁴. Destas, 50% são reservadas para as cotas¹⁵ e as demais para a ampla concorrência. As vagas são distribuídas da seguinte forma:

- 1) **Cotas - Egressos de escola com renda bruta igual ou inferior a 1/5 salário mínimo per capita:**
 - a. que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas (4 vagas)
 - b. que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas e que tenham deficiência (1 vaga)
 - c. que não se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas (3 vagas)

¹² Com exceção de alguns poucos Institutos Federais que selecionam seus alunos por meio de sorteio.

¹³ O lócus de estudo da autora não é um Instituto Federal de Educação, mas o CEFET de Minas Gerais, Contudo, o seu objeto de estudo também é o ensino médio integrado, ofertado pelo CEFET.

¹⁴ O curso Técnico de Informática para a Internet é o único na modalidade integrado - ofertado pelo *Campus* Janaúba - que conta com turma de primeiro, segundo e terceiro ano, e é frequentado por alunos adolescentes que estão na fase de escolha profissional, motivo pelo qual será o foco deste estudo.

¹⁵ As cotas foram implantadas em atendimento à Lei nº. 12.711 de 2012 e regulamentada pelo Decreto nº. 7.824 de 2012. A Portaria Normativa de nº. 18 de 11 de outubro de 2012, do Ministério da Educação (com redação dada pela Portaria Normativa nº 9 de 2017) dispõe sobre sua implementação.

- d. que não se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas e que tenham deficiência (1 vaga)
- 2) **Cotas - Egressos de escola pública com renda bruta superior a 1/5 salário mínimo per capita:**
- a) que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas (4 vagas)
- a. que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas e que tenham deficiência (1 vaga)
- b. que não se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas (3 vagas)
- c. que não se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas e que tenham deficiência (1 vaga)
- 3) **Ampla concorrência**
- a. 16 vagas gerais
- b. Uma vaga para pessoa com deficiência

Esse conjunto de características que condicionam a procura pelo IFNMG e as formas de acesso aos seus cursos nos faz pressupor que há um público heterogêneo - do ponto de vista socioeconômico e cultural - no seu interior, diferente, portanto, da maioria das escolas de ensino médio; e cujas motivações para ingressar no IFNMG também são distintas.

Um levantamento inicial de dados nos dá algumas pistas sobre o perfil dos alunos do curso Técnico de Informática para a Internet integrado ao ensino médio, do IFNMG - *Campus Avançado Janaúba*. Vejamos o perfil de renda no quadro abaixo:

Quadro 1

Perfil de renda dos alunos do curso Técnico de Informática para a Internet na modalidade integrado, do IFNMG – *Campus Avançado Janaúba* – ano de 2019.

RENDA PER CAPITA*	VALOR EM R\$ (per capita)	QUANTIDADE DE ALUNOS	PERCENTUAL DE ALUNOS
Inferior a 0,5 s.m.	Inferior a 499	15	42,86%
Entre 0,5 e inferior a 1 s.m.	Entre 499,00 e inferior a 998,00	8	22,86%

Igual a 1 e inferior a 1,5 s.m.	Entre 998,01 e inferior a 1.497,00	6	17,14%
Superior a 1,5 s.m.	Superior a 1.497,01	6	17,14%

*Referência do salário mínimo (s.m.) de 2019, cujo valor é de R\$ 998,00.

Fonte: Criado pela autora, com base em pesquisa documental, no IFNMG, da renda **declarada** pelos estudantes em questionário socioeconômico de matrícula.

Os dados sobre renda evidenciam a heterogeneidade do público do IFNMG, no que tange ao aspecto econômico, embora mostrem concentração de alunos (15) nos estratos inferiores de renda¹⁶.

Para além da questão econômica, é interessante analisar também o perfil cultural das famílias dos jovens. Trata-se de famílias pouco numerosas, composta na sua maioria por 4 pessoas - o que indica um número reduzido de filhos - e, portanto, a possibilidade de investir em maior proporção na escolaridade destes.

Em se tratando da escolaridade dos pais (pai/mãe), a maioria têm ensino superior e parte considerável do grupo de mães já concluiu inclusive a pós-graduação. Ainda com relação às mães, de um número de trinta e cinco, apenas uma não concluiu o ensino médio. Com relação aos pais, apenas dez deles não concluíram a educação básica. O que indica, de um modo geral, a posse de capital cultural por parte da maioria das famílias dos estudantes, corroborando os estudos estrangeiros e brasileiros supracitados, que destacam a importância do capital cultural na rentabilização de investimentos educacionais, e, por conseguinte, na escolha do estabelecimento escolar.

Um dado que chama a atenção é o fato de que, há alunos no curso em questão, que ingressam no 1º ano do ensino médio integrado no IFNMG, quando, na verdade, deveriam estar cursando o 2º e o 3º ano. Contudo, resolveram “repetir”¹⁷ de ano para estudarem no IFNMG. Portanto, é relevante identificar os motivos pelos quais esses sujeitos (alunos e respectivas famílias) “apostam” tão alto no IFNMG. Porque optam em abandonar - em muitos casos - toda uma trajetória escolar em escolas privadas, para estudar no IFNMG? O

¹⁶ É importante ressaltar, no entanto, que pode haver imprecisões por se tratar de dados declaratórios, feitos por estudantes menores de idade - que apresentam entre 14 e 17 anos de idade.

¹⁷ A exigência para cursar o ensino médio integrado no IFNMG, é ter concluído o ensino fundamental. Assim, o aluno ingressa na instituição no 1º ano do ensino médio. Nesse sentido, caso o aluno já tenha concluído o 1º ou 2º ano do ensino médio na escola progressiva, é possível que ele estude no IFNMG. Contudo, terá que retroceder ao 1º ano. Não há possibilidade de ingressar em outro ano/série.

que justifica tal escolha? Quais expectativas e aspirações? Quais os motivos que os levaram a escolher uma escola de educação profissional para cursarem o ensino médio, nível de ensino tão decisivo na trajetória escolar? E os alunos das camadas populares? Como vivenciam o processo de escolarização? Há um motivo em comum que unem, no mesmo espaço de aula, alunos das camadas populares e médias e suas diferentes frações de classe?

Partimos do pressuposto de que são múltiplas as lógicas que orientam a escolha da escola, e, por conseguinte, do IFNMG, a saber: a busca de oportunidades para inserção imediata no mercado de trabalho, a “preparação” para o acesso ao ensino superior, considerando-se, ainda, a possibilidade de haver estudantes que escolheram o Instituto sem terem um projeto claro em relação a ele – muitas vezes por incentivo de professores da escola pregressa ou conhecidos e familiares. Contudo, pressupomos também que as camadas médias têm se utilizado da educação pública federal como um “trampolim”, ou seja, um meio para acessar o ensino superior público, considerando a possibilidade de ingressar nas cotas nas universidades públicas - cuja exigência é que o aluno tenha cursado o ensino médio integralmente em escola pública. É o que buscaremos investigar por meio da pesquisa de Doutorado que está em andamento.

4 Considerações finais

A escolha da escola é uma das estratégias mais utilizadas pelas famílias para rentabilizar o processo de escolarização da prole, e o capital cultural é um recurso decisivo para a tomada da “melhor” decisão. Para, além disso, o sentido atribuído à educação também é um fator de suma importância nesse processo.

Assim, se por um lado, os estudos apontam que as famílias mais privilegiadas, dentre elas, as de camadas médias, têm mais propensão à escolha, por deterem maior capital cultural, e, por conseguinte, uma gama de informações sobre o sistema de ensino para subsidiar a escolha; por outro lado, os estudos apontam também o papel ativo das famílias das camadas populares na escolha da escola de seus filhos, considerando o valor atribuído à educação como forma de superar as adversidades sociais.

No IFNMG - instituição reconhecida socialmente pela excelência do ensino e pelo alto índice de aprovação em vestibulares – há indícios de que a escolha da escola é realizada por um público heterogêneo, conforme apontado no levantamento preliminar de dados que realizamos. Contudo, resta a nós identificar os motivos pelos quais sujeitos (alunos e suas

respectivas famílias) de diferentes origens tem buscado o IFNMG como instituição de escolarização de ensino médio. Apesar de que esta escolha ocorre em diferentes meios, acredita-se que diferentes também são as motivações, aspirações e expectativas. E em se tratando das camadas médias, pressupomos que a escolha do IFNMG está associada à expectativa de que o acesso ao ensino superior seja “facilitado”, seja pela qualidade do ensino ofertado pelos Institutos Federais, seja pela possibilidade de que seus egressos usufruam da política de cotas das Universidades públicas.

Referências

ALVES, Fátima. Escolhas Familiares, Estratificação Educacional e Desempenho Escolar: Quais as Relações? **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 447- 468, 2010.

ALVES, Maria Teresa Gonzaga. *et al.* Fatores familiares e desempenho escolar: uma abordagem multidimensional. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3. p. 571-603, 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/dados/v56n3/04.pdf>>. Acesso em: 17, set. 2018.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, J. C. **A reprodução**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos da Educação**. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 7.566**, de 23 de Setembro de 1909. Crêa nas capitães dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-norma-pe.html>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996 (LDB) – atualizada até março de 2017. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1_ed.pdf> Acesso em: 13 abr. 2018.

_____. **Lei n.º 11.892**, de 29 de Dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 17 jan. 2014.

BRUEL, Ana Lorena. **Escolha da escola pela família e estrutura de oportunidades na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro: uma análise das características das escolas**. In: 37ª Reunião Nacional da ANPED. Florianópolis, SC: UFSC. 04 a 08 de outubro, 2015.

CAMPELLO, Ana Margarida. "Cefetização" das Escolas Técnicas Federais-Projetos em disputa, nos anos 1970 e nos anos 1990. In: **Revista Educação & Tecnologia**. Belo

Horizonte: CEFET-MG. v. 12, n. 1, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/92/94>>. Acesso em: 11 fev. 2014.

CARVALHO, Cynthia Paes de. **Entre as promessas da escola e os desafios da reprodução social:** famílias de camadas médias do ensino fundamental à universidade. 2004. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica (PUC), Rio de Janeiro, 2004.

CHARLOT, Bernard; REIS, Rosemeire. As relações com os estudos de alunos brasileiros de ensino médio. In: KRAWCZYK, Nora (org.). *Sociologia do Ensino Médio: crítica ao economicismo na política educacional*. Cortez: São Paulo, 2014.

CINTRA, Mariana Simões Ferreira. **A importância da família, escola e pares no processo de escolha pelo ensino médio técnico**. 2014. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto, 2014.

MENDES, Izabel Alves Macedo. **O perfil do aluno do IFNMG Campus Januária em perspectiva sociológica**. 2015. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

JNOGUEIRA, Cláudio Marques Martins *et al.* Promessas e limites: o SISU e sua implementação na Universidade Federal de Minas Gerais. **Educação em revista**, Belo Horizonte. v 33.2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v33/1982-6621-edur-33-e161036.pdf>>. Acesso em: 30 jul. de 2017.

NOGUEIRA, Maria Alice. Trajetórias, estratégias culturais e classes sociais: notas em vista da construção do objeto de pesquisa. **Teoria & Educação**. Porto Alegre, n. 3. p. 89-112, 1991.

_____, Maria Alice. Famílias de camadas médias e a escola: bases preliminares para um objeto em construção. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, RS, volume, n, p. 9-25, jan./jun., 1995. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71745/40680>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

_____, Maria Alice. A escolha do estabelecimento de ensino pelas famílias – A ação discreta da riqueza cultural. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 7, p. 42-56, 1998.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A Sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº. 78, abril/2002. p. 15-36.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. **Bourdieu e a Educação**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017

NONATO, Bréscia França. **Lei de Cotas e SISU:** Análise dos processos de escolha dos cursos superiores e do perfil dos estudantes da UFMG antes e após as mudanças na forma de

acesso às Instituições Federais. Tese (Doutorado). 2018. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte.

OLIVEIRA, Cristiane Gomes de. **“Diga-me com quem andas e eu te direi quem és”**. A escolha da escola como estratégia de distinção. Dissertação (Mestrado). 2005. Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2005.

OLIVEIRA, Leonardo Rodrigues de. **Dinâmicas locais e atos parentais de escolha de estabelecimentos de ensino públicos estaduais reputados em Viçosa (MG)**. 2015. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015

OLIVEIRA, Nilza Helena de. **Instituições Federais de Educação Tecnológica: estabelecimentos escolares de referência no ensino médio brasileiro – o caso do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais**. Tese (Doutorado). 2010. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2010.

RESENDE, Tânia de Freitas; NOGUEIRA, Cláudio Marques M.; NOGUEIRA, Maria Alice. Escolha do estabelecimento de ensino e perfis familiares: uma faceta a mais das desigualdades escolares. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 953-970, out./dez. 2011.

SILVA, Caetana Juracy Resende (Org.). **Institutos Federais, Lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões**. Natal: IFRN, 2009, 70 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3753-lei-11892-08-if-comentadafinal&Itemid=30192>. Acesso em: 10 mai. 2018.

SOUZA, Marluce Carvalho de. **Escolha de escola pelas camadas populares e nova classe média: expectativas e possibilidades**. 2012. Dissertação (Mestrado), PUC, Rio de Janeiro, 2012.

WALDHELM, Andrea Paula de Souza; FELIPE, Luiza Helena Lameg. **Redes Sociais e Escolha da Escola**. Boletim SOCED, v. 7, p. 1-18, 2008. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12732/12732.PDFXXvmi=hN9utDtqruZqa5Tq8EPmkB6HM4KVogLG5VbAAG12b0s15nNe2EBnfH53MPZb7LScI5MiLOlxOOjUd8agNLE3tK7gA6sISmVBsJUfxgdn6xijGtAtffxK0G2BNvkGTgim1dCzuQWBogV6KwB1M9MNQOoEkJkf1EC2RfBn6zZvQUCCrdEfnq3e gsSCdeReStgLKS9Rs9nk40WweCMC4QRkjKWw0PLSk3F5VOWpZkK3IIAAkndoe5KzQH6QwSJRWpxT>> Acesso em: 19 ago. 2018.